



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
SELEÇÃO DE MESTRADO 2016

DITADURA MILITAR NA ESCOLA DE MEDICINA DA UFBA: O CASO NELSON SOARES PIRES (1953 A 1979)

Projeto de Pesquisa para a Seleção de Mestrado em
História, na Linha de Pesquisa Sociedade, Relações
de Poder e Região.

SALVADOR



2015



1 INTRODUÇÃO

Nelson Soares Pires, conhecido na Faculdade de Medicina como Nelson Pires, foi um professor Catedrático ocupante da cadeira de Psiquiatria da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nascido no Rio de Janeiro em 1910 viveu na cidade até se formar na Faculdade Nacional de Medicina em 1931. Foi professor Livre Docente de clínica psiquiátrica da Faculdade Fluminense de Medicina. Na sua condição de médico militar, chegou à patente de Coronel, rodou por vários estados do Nordeste, se fixando em Recife por um curto período (Part of The International Journal of Psychiatry - ISSN 1359 7620, Setembro de 2004 - Vol.9 - Nº 9¹).

Em 1953, Nelson Pires, prestou o concurso para cátedra psiquiátrica da UFBA e passou. Trabalhou por 11 anos no cargo de professor catedrático, quando é forçado a abandonar o emprego por conta do Golpe Civil Militar² de 1964. Após a derrubada do governo de João Goulart, Nelson Pires fugiu para Buenos Aires onde esperou o julgamento por atividades subversivas, instaurado pela ditadura militar.

Nelson Pires era um notório comunista, como consta nos documentos internos da UFBA, do DOPS e do Arquivo Público de Minas Gerais e mesmo não sendo um militante conhecido do PCB, e de nenhum outro partido ou organização³ de esquerda, ele era considerado pelos colegas da Faculdade como um agitador e que gostava de fazer política dentro e fora do ambiente acadêmico, tendo presidido a Sociedade

¹ No endereço: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h.

² Golpe Civil Militar é um conceito adotado primeiramente por René Dreifuss no livro 1964: A Conquista do Estado, que falava de uma “elite orgânica” empresarial, liberal e associada ao capital estrangeiro. Essa abordagem ganhou adesão de parte da historiografia atual como sendo uma aliança entre alguns setores civis (parte da classe média, igreja, grupos de empresários, meios de comunicação) com os militares. Não significando que o Golpe teve ampla participação popular. O historiador Daniel Aarão Reis Filho comentou em um artigo intitulado: “Ditadura, anistia e reconciliação” sobre o uso do termo Golpe Militar em lugar do Golpe Civil Militar “Eu mesmo em preguei o termo, e quantas vezes, inclusive em título de livro, contribuindo para consolidar uma tradição equivocada, do que hoje me arrependo” Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, n. 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010. Nota 11 pág. 183.

³ No Arquivo Público de Minas Gerais (Pasta 0062/Documento 210) consta a informação que Nelson Pires é militante ligado ao PC. Há uma problematização dessa fonte que abordarei nas Considerações Teóricas Metodológicas.



Cultural Brasil-Cuba em Salvador (Part of The International Journal of Psychiatry - ISSN 1359 7620, Setembro de 2004 - Vol.9 - Nº 9)⁴.

Por ter permanecido exilado por muito tempo, Nelson Pires manteve contatos com muitos perseguidos e torturados do regime e, por conta disso, teria feito um estudo, nunca publicado, sobre os torturadores, intitulado: “*Tortura e Torturadores*” (1981). Isáias Paim comentou no livro “*Grandes Psiquiatras Brasileiros*” a seguinte observação:

O prof. Nelson Pires foi o primeiro e talvez o único psiquiatra brasileiro a estudar o problema do torturador, e o seu interesse por este assunto talvez tenha sido despertado pelo fato de ter se encontrado muito próximo da situação de torturado. (Walmor J. Piccinini, art of The International Journal of Psychiatry - ISSN 1359 7620, Setembro de 2004 - Vol.9 - Nº 9)⁵

Por conta das suas inclinações políticas e militância na Faculdade de Medicina, Nelson Pires foi imediatamente posto na lista de inimigos do regime⁶, caindo para a clandestinidade logo após a instalação do Governo Militar. O fato foi descrito em carta do comandante do 6º exército ao reitor que apontava que Nelson Pires era um “homem de baixa moral, não condizente com a dignidade da profissão”⁷.

Nelson Pires lutou para permanecer no cargo até sua aposentadoria, mas não contava com a simpatia do Reitor da UFBA, Albérico Fraga e nem do Diretor da Escola de Medicina Dr. Carlos Geraldo de Oliveira.

Segundo o documento do DEOPS⁸ de São Paulo Nelson Pires regressou em 31 de março de 1979 e durante esse período de exílio viveu na Argentina, Chile e Espanha (Walmor J. Piccinini, art of The International Journal of Psychiatry - ISSN 1359 7620, Setembro de 2004 - Vol.9 - Nº 9.)⁹.

2 JUSTIFICATIVA

⁴ No endereço: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h.

⁵ No endereço: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> Consultado no dia 29/11/2015 às 14:30h.

⁶A informação consta no Arquivo Público de Minas Gerais (APM) na pasta 0062/documento 210.

⁷Esse fato foi descrito em carta do comandante do 6º exército ao diretor da Faculdade de Medicina em 14/04/1964. O documento encontra-se nos arquivos da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia. Praça Conselheiro Almeida Couto, s/n - Largo do Terreiro de Jesus.

⁸ Departamento Estadual de Ordem Política e Social.

⁹ No endereço: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> Consultado no dia 29/11/2015 às 14:30h.



A dificuldade de reconstruir uma memória de Nelson Pires se dá pelo fato do mesmo não ter sido uma figura reconhecidamente pública e nem um militante do alto escalão de qualquer partido político ou de qualquer instituição importante, ao menos do ponto de vista do reconhecimento historiográfico.

A memória historiográfica de Nelson Pires é contada por documentos variados como as Atas da Congregação, Atas do Departamento, Pasta do Processo Administrativo da Faculdade de Medicina e dos Arquivos Público dos Estados de Minas Gerais e São Paulo, Relatórios do CISA¹⁰ e na memória de ex colegas e alunos.

Esta pesquisa tem como objetivo a trajetória política de Nelson Pires entre os anos de 1964 até 1979 e teve início em março de 2014, enquanto trabalhava na Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA, na condição de estagiário. Enquanto analisava os documentos para a Comissão, percebi a perseguição contra esse professor e segui minha curiosidade, que Maria Cecília de Souza Minayo, considera ser um dos pré-requisitos para ser um pesquisador,

Todo pesquisador precisa ser um curioso, um perguntador. E essa qualidade deve ser exercida o tempo todo no trabalho de campo, pois este será tanto melhor e mais frutuoso quanto mais o pesquisador for capaz de confrontar suas teorias e suas hipóteses com a realidade empírica (MINAYO, 2009, p. 62).

O fato é que essa curiosidade inicial me fez aprofundar as pesquisas sobre quem era esse professor que se fazia uma voz destoante em uma faculdade reconhecidamente conservadora e reacionária, pois os documentos achados nas Atas da Congregação e nas Atas do Departamento da Faculdade de Medicina mostram o apoio, quase que total, por parte dos professores e alunos da Faculdade. Na ata da Congregação de 29 de Abril de 1964 os alunos da Faculdade de Medicina emitem um comunicado que diz:

Os alunos da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, aplaudindo a atitude tomada pelas Forças Armadas na defesa dos ideias democráticos do povo brasileiro e profundamente consternados

¹⁰ CISA é o Centro de Informações de segurança da Aeronáutica.



como a existência de material subversivo nas sedes das entidades estudantis, resolvem que sejam considerados vagos os cargos do Diretório Acadêmico desde quando seus ocupantes já não representam a opinião dos estudantes desta casa.

Na mesma Ata os professores emitem o seguinte comunicado “declaro, que sendo essa, a primeira reunião da congregação após o vitorioso movimento militar pela restauração das instituições democráticas do país, renova o voto de respeito, acatamento e congratulações feitas pela Diretoria às Forças Armadas, na pessoa do General Manoel Mendes Pedreira”. Apenas um professor não compareceu a reunião de 29 de Abril, Nelson Pires. Ele era o único professor com inclinações de esquerda na Faculdade de Medicina. e que apoiava as causas estudantis e greves na própria faculdade como a Greve Estudantil na Faculdade de Medicina em 1960 que é descrita em uma carta de negociação enviada para o conselho da CONSUNI e foi lida e registrada na Ata,

Sobre a comunicação apresentada, em caráter de urgência, pelos Professores Evandro Baltazar da Silveira, Nelson Pires e Auto José de Castro. Disse o Magnífico Reitor que, como resumo da comunicação por eles feita e que se prende ao problema estudantil, tinha os seguintes itens: 1º) volta dos alunos às aulas; 2º) constituição de um grupo de trabalho; 3º) realização da prova parcial em época especial; 4º) abono de faltas; 5º) explicação dos pontos e 6º) prorrogação do período de aulas (ATA CONSUNI, 22/09/1960).

Nelson Pires se declarava comunista. Isso fez dele uma pessoa visada na Faculdade de Medicina como relatou o reitor Albérico Fraga.

O Coronel Humberto Melo [...] sentou-se ao meu lado e também me falou a respeito, dizendo que tanto ele como o General Mendes Pereira e outros oficiais estavam [considerando] o fato como um acinte ao Exército que havia mandado, oficialmente, comunicar à Faculdade de Medicina que não só o Prof. Nelson Pires era comunista como também que ele, pelas suas atividades não tinha nem condições morais para exercer a profissão de médico, então ele não podia admitir que os doutorandos tomassem tal atitude. Disse mais que se por acaso a universidade não tomasse as medidas disciplinares convenientes, o Exército tomaria a seu modo. Então tranquilizei o Cel. Humberto (ATA CONSUNI. NT. 09/04/1964).

Um ponto interessante sobre o Nelson Pires é que ele teria feito um estudo de caráter científico sobre o torturador. O amigo e também médico Walmor J. Piccinini



contou que esse estudo, concluído em 1981, não foi publicado. É importante saber o conteúdo e o paradeiro desse estudo.

O processo de expulsão de Nelson Pires dos quadros da Faculdade transcorreu na esfera administrativa, por força do artigo 207, item II, da lei Nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, que versava sobre o abandono de emprego¹¹. O AI-1¹² contribuiu para que o processo tivesse êxito, pois ele apressava o julgamento e acabava com a estabilidade dos servidores públicos, inclusive os de cargos vitalícios e limitava a ampla defesa. Nelson Pires sabia que era procurado pela Ditadura e tentou por inúmeras vezes dar entrada em um processo de licença prêmio, sem vencimento, de 180 dias para resolver causas particulares¹³. Então, no dia 18 de maio de 1964, Nelson Pires enviou um Mandado de Citação¹⁴ para os membros da Universidade contando sua condição de perseguido e revelando que a licença prêmio era um direito seu, ele também descreveu os problemas da Faculdade e contou sobre sua prisão que o manteve incomunicável por 50 dias, em 1952, narrando que essa prisão afetou sua saúde e poderia afetar ainda mais, pois ele sofria de úlcera de estômago e discinesia esofágica, doenças que poderiam ser atestadas pelo seu médico particular o Dr. Rubem Tabacoff. Nelson Pires narra em carta que tendo atuado na 2ª Guerra Mundial teria direito a aposentadoria com 25 anos de serviço, como consta na Lei da Praia¹⁵, e que já tendo 29 anos já teria direito a aposentadoria (Ata da Congregação da Faculdade de Medicina de 10/06/1964).

¹¹ A Lei Nº 1.711/1952 versava no seu Art. 207. que: A pena de demissão será aplicada nos casos de: II – abandono do cargo.

¹² Sobre o AI-1:

Art. 7º - Ficam suspensas, por seis (6) meses, as garantias constitucionais ou legais de vitaliciedade e estabilidade.

§ 1º - Mediante **investigação sumária**, no prazo fixado neste artigo, os titulares dessas garantias poderão ser **demitidos ou dispensados**, ou ainda, com vencimentos e as vantagens proporcionais ao tempo de serviço, postos em disponibilidade, aposentados, transferidos para a reserva ou reformados, mediante atos do Comando Supremo da Revolução até a posse do Presidente da República e, depois da sua posse, por decreto presidencial ou, em se tratando de servidores estaduais, por decreto do governo do Estado, desde que tenham tentado contra a segurança do País, o regime democrático e a probidade da administração pública, sem prejuízo das sanções penais a que estejam sujeitos. (grifo nosso).

¹³ O Documento datado de 25 de Abril de 1964 consta na Pasta da Ata da Congregação, na reunião de 06 de Maio de 1964.

¹⁴ O Mandado de Citação é a ordem escrita expedida pelo juiz no sentido de que seja citada, isto é, chamada a juízo, a pessoa demandada por outra, a fim de que, se ela quiser, se defenda na ação contra ela proposta. O mandado de citação geralmente traduz ordem judicial, mas também pode ser originário da autoridade policial.

¹⁵ A Lei da Praia foi um conjunto de leis que davam vantagens a civis e militares que atuaram na 1ª e 2ª Guerra Mundial e que teve como sequência essas leis: Lei Nº 288, de 8 de Junho de 1948, Lei Nº 616, de 2 de Fevereiro de 1949 e a Lei Nº 2.579, de 23 de Agosto de 1955.



Poucos trabalhos sobre a trajetória de integrantes do PCB foram feitos, mesmo os nomes de maior reconhecimento como Carlos Marighela, Ana Montenegro e Carlos Lamarca tem poucas obras que falam sobre sua trajetória política. Assim é importante relembrar a história desses homens e mulheres que lutaram por um ideal de justiça. Resgatar a memória de Nelson Pires é construir o personagem histórico de um comunista, aparentemente sem ligações com partidos ou organizações de esquerda e exilado político para dar sentido a sua trajetória de vida, dar ouvido a sua voz e demonstrar a importância dos seus feitos para as gerações presentes e futuras. Nelson Pires era um trabalhador em certa posição, mas uma figura que colocava a humanidade em primeiro lugar lutando contra o analfabetismo¹⁶ e a favor das greves, piquetes e causas estudantis (Arquivo Público de Minas Gerais, Pasta 0062/documento 211).

Devemos aproveitar a data simbólica de 50 anos de Golpe Civil Militar e a fomentação que ela trouxe para aprofundar o debate sobre as causas e consequências que esse evento carreteou para o país, e quais os impactos, teve na vida das pessoas. É a vida dessas pessoas comuns, que sofreram ao longo dos 21 anos do Regime Militar no Brasil, que importa à História Política na atualidade. Esse campo historiográfico tão criticado pela nova história do Annales e que tinha como forma de expressão mais comum a escrita do biográfico dos grandes homens é alvo de estudos de Benito Schmidt. O autor afirma que:

O retorno da biografia é um movimento internacional e perceptível em diversas correntes recentes, tais como a nova história francesa, o grupo contemporâneo de historiadores britânicos de inspiração marxista, a micro história italiana, a psico-história, a nova história cultural norte-americana, a historiografia alemã recente e também a historiografia brasileira atual. Apesar das diferenças entre estas tradições historiográficas, é marcante em todas elas o interesse pelo resgate de trajetórias singulares. (SCHMIDT, 1997, p.5).

Contudo não podemos mitificar o objeto de pesquisa, já que isso poderia por em risco a construção biográfica do personagem, pois para Levillain, “a biografia histórica hoje é o lugar por excelência da pintura da condição humana em sua diversidade, se não isolar o homem ou não exaltá-lo às custas de seus dessemelhantes” (RÉMOND, 1996, p. 176).

¹⁶ Fato descrito na oitava de Iracy Picanço na Comissão Milton Santos de Verdade da UFBA nesse endereço eletrônico. <https://www.youtube.com/watch?v=-vWs7o-XGyM>



Este projeto se justifica pela viabilidade da pesquisa. As informações sobre Nelson Pires foram colhidas durante meu estágio na Comissão Milton Santos de Verdade da UFBA entre abril de 2014 e março de 2015 e, posteriormente, na busca de documentos nos Arquivos Públicos de São Paulo, Minas Gerais, CISA e Arquivos nas Unidades da UFBA. Uma lista de futuros entrevistados já foi preparada. Entre os prováveis entrevistados constam: Jurema Silva Pires, viúva e Dr. Nikodem Edler, amigo pessoal de Nelson Pires. Entrevista já confirmada: Dr. Herval Pina Ribeiro, Colega de trabalho¹⁷. Uma entrevista já foi realizada com Iracy Picanço¹⁸.

3 OBJETIVOS

Geral: Traçar a trajetória de luta política do professor Nelson Pires na Faculdade de Medicina da Bahia (FBM), de 1953 a 1979 no âmbito pessoal e profissional.

Específicos:

1- Analisar os processos sofridos por Nelson Pires tanto na esfera administrativa como na esfera militar, através das análises das Atas da Congregação, Atas do Departamento, CISA¹⁹, documentos do SNI e Correspondências da Reitoria.

¹⁷ Dr. Herval Pina Ribeiro é citado na Ata da Congregação de 29 de Abril de 1964 em uma carta anexada do Comandante do 6º Exército no item 1, sub item b como “participante do movimento subversivo que existia no país, também está sendo procurado, para detenção por esta mesma Secção, por pertencer ao grupo de Nelson pires.

¹⁸ Iracy Picanço foi militante do PC e trabalhou junto com Nelson Pires em 1963 alfabetizando os funcionários do Hospital Universitário.

¹⁹ CISA é o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica. Lá constam todos os atos normativos da revolução, atos punitivos e a relação de todos os impactados entre 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970. O documento encontra-se na página do Arquivo Público do Estado de São Paulo no endereço:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/dossies_ordem_social/BR_SPAPESP_DEOPSOS000248.pdf



2- Analisar o cenário político em que se encontrava a cidade de Salvador durante o processo de instalação do Golpe Civil Militar e em especial a Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia.

3- Descrever como o golpe influenciou a vida privada e profissional de Nelson Pires e quais os mecanismos de sobrevivência o mesmo utilizou para subsistir do ponto de vista material.

4 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Nelson Pires era uma figura conhecida na Faculdade de Medicina da UFBA e um importante pesquisador com produções científicas publicadas²⁰, mas que não tinha visibilidade fora do âmbito da Faculdade em que era professor. Neste sentido, acredito que seja necessário resgatar a história dos que não tiveram a chance de contá-la, seguindo a abordagem de Thompson “Estou tentando resgatar o pobre tecelão de malhas, o *meeiro luddita*, o tecelão do obsoleto tear manual, o artesão utópico (...). Suas aspirações eram válidas nos termos de sua própria experiência” (THOMPSON, 1987, p.13).

Do contato que tive com membros da Comissão Milton Santos da Verdade (UFBA) colhi informações preliminares sobre a figura em estudo e pouco conhecida de Nelson Pires: um profissional, que mesmo perto de sua aposentadoria, não abdicou de suas posições políticas, mesmo em um ambiente hostil, como era a Faculdade de Medicina, e na iminência de um Golpe de Estado pelas forças conservadoras do país. Ele seguiu na luta e sofreu as consequências por isso, sendo processado e exonerado do cargo²¹ a dois dias da data de expiração do AI-1^{22 23}.

²⁰ As publicações de Nelson Pires estão na página da Revista “**Psychiatry On line Brazil**” no endereço eletrônico: <http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> (Consultado no dia 28/11/2015. às 15:06h)

²¹ A informação está registrada na Ata da Congregação da Faculdade de Medicina da UFBA em 16/10/1964 no documento de número 6348 que informa que o mesmo foi publicado no Diário Oficial em 07/10/1964, na página 9088. Conforme registra-se na ata, Nelson Pires incorreu no art. 207, item II, da Lei nº 1 711, de 28/10/1952 e com base no Art.7 do Ato Institucional.

²² O Ato Institucional Nº 1, de 9 de abril de 1964 foi um dispositivo criado pela Ditadura Militar, que impactou todos os servidores público federais, estaduais e municipais, tirando-lhes a vitaliciedade e estabilidade e incorrendo em julgamento sumário. O AI 1 tinha validade de 6 meses a partir da data de publicação.

²³ Seu pedido de expulsão está registrado no Diário Oficial datado 07/10/1964, na página 9088.



Quando buscamos uma memória do passado devemos levar em consideração que essa lembrança é, para quem a conta, uma reprodução do que ocorreu como afirma Aldo Nelson Bona:

A memória vincula-se a uma ambição, a uma pretensão: ser fiel ao passado. Como não há nada melhor do que ela para nos referirmos ao passado, os falsos testemunhos só podem ser desmascarados por um processo crítico que oponha testemunhos confiáveis a testemunhos tidos como suspeitos. Há uma exigência de verdade sobre as coisas passadas e essa exigência requer a retomada da memória com sua magnitude cognitiva (BONA, 2010, p 147-148)

Para Ricoeur, o historiador tem a obrigação de contar as histórias dos que já se foram, pois “as vidas humanas têm necessidade e merecem ser contadas” (RICOEUR, 1994, p 116), mas devemos ter cuidado com as manipulações históricas das fontes em determinadas épocas como descreve Lucileide Costa Cardoso:

Partimos da compreensão de que a memória histórica, assim como a ideológica, pode ser manipulada de acordo com as correlações de forças e interesses das classes num determinado momento histórico. A defesa ou a condenação do regime autoritário constitui o viés ideológico presente nessas criações memorialísticas (CARDOSO, 2012, p.17).

Por isso, é muito comum a condenação ou exaltação do governo militar nos discursos memorialísticos que variam de acordo com a posição ideológica de quem a reproduz e a sua época. Nesse ponto Aldo Nelson Bona vai além quando afirma que:

A memória deve ser considerada como matriz da história, na medida em que é a única garantia da existência do passado. É na memória que o discurso histórico encontra a atestação mais imediata e evidente de referência ao seu objeto passado (BONA, 2010, p. 158),

Assim, a memória pode ser considerada uma verdade para quem a conta, mas também a manipulação dessa verdade que pode estar além da compreensão do próprio indivíduo, ele então é induzido a reproduzir uma verdade coletiva. Assim, seguindo a abordagem de Halbwachs, podemos considerar que existem duas memórias: uma interna, pessoal, e outra externa, social ou histórica (HALBWACHS, 1990.)



Para Lucileide Costa Cardoso:

o que o memorialista pretende ao escrever suas memórias é compreender a sua trajetória pessoal vivida num certo momento passado. Embora seja o memorizador, a narrativa que produz não é exclusivamente sua, pois o que o memorialista oferece ao leitor é uma representação dos outros e do mundo que o cerca, sendo, às vezes, a sua própria história. (CARDOSO, 2012, p. 30).

Um ponto importante nesse trabalho é o confronto entre a história oral memorialística e a que consta nos documentos oficiais, pois em entrevista, Iracy Picanço²⁴ descreveu o contato profissional que teve com Nelson Pires no processo de alfabetização dos funcionários do Hospital Universitário em 1963 e afirmou que o mesmo não fez parte dos quadros do PCB baiano na época. Em contrapartida, nos documentos achados no Arquivo Público de Minas Gerais consta na ficha de Nelson Pires a informação que o mesmo era ligado ao PCB, fazia piquetes em greves, era ligado a órgãos comunistas, tinha membros da família ligados ao PCB e ligação com outros comunistas.

O cuidado que devemos ter com essas fontes documentais se deve ao fato de que na época havia um macartismo²⁵ dominante na sociedade por conta do momento histórico, e esse anticomunismo era disseminado na sociedade nas mais diversas formas como descreve Laura de Oliveira:

A teratogênese da GRD²⁶ é efeito da recepção das obras por Dorea, a quem coube, como editor cosmopolita, transpor a experiência internacional para o plano brasileiro, sublinhando a efetividade da ameaça soviética sob o Brasil. Nesse sentido, as narrativas do político e do insólito trataram de colocar o monstro em movimento, indicando o crescimento do comunismo internacional pela ação colonialista da União Soviética [...] a fim de aprofundar a empatia da comunidade leitora com as narrativas, os livros denunciaram a penetração do bolchevismo nas Américas: sua maior insígnia era a recente Revolução em Cuba [...] seu objetivo é demonstrar a operação

²⁴ Iracy Picanço em 1964 era uma militante do PC e aluna recém-formada da Faculdade de Educação tendo trabalhado junto à Nelson Pires no processo de alfabetização dos Funcionários do Hospital Universitário em 1963.

²⁵ Macartismo é um termo surgido nos EUA por conta da política, de caça aos comunistas, empregada pelo senador estadunidense Joseph McCarthy de 1950 até 1955. Essa política consistia em perseguições arbitrárias a membros de partidos de esquerda em geral.

²⁶ GRD é uma editora brasileira, cujo nome são as iniciais de seu fundador, Gumercindo Rocha Dorea. Laura de Oliveira publicou um livro sobre a participação dessa editora na campanha anticomunista no Brasil com o nome: **Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista no Brasil (1956-1968)** Maringá: EDUEM, 2015.



que deslocou retoricamente a experiência cubana para o cenário brasileiro, justificando o chamado para que a população resistisse às conjeturadas investidas soviéticas e apoiasse a movimentação dos grupos golpistas articulados em 1964. Apesar das patentes contradições entre seu empreendimento e o arquétipo político que ostentavam no plano do discurso, esses atores históricos reivindicaram para si o estatuto de guardiões da democracia e avalizaram o golpe de 31 de março como uma catarse política brasileira. (OLIVEIRA, 2015, p. 22-23)

Esse anticomunismo era visivelmente enérgico na Faculdade de Medicina, durante o período que antecedeu ao golpe e que foi se intensificando após o governo militar. Essa perseguição aos comunistas e pessoas ligadas à esquerda no âmbito da Universidade Federal da Bahia pode ser compreendida lendo os documentos da AESI/ASI²⁷ e o relatório final da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade UFBA. Nos documentos da AESI/ASI constam pedidos para observação de atividades subversivas no ambiente acadêmico, se havia tentativas de exposição de livros ou correspondência com organizações soviéticas, lista de alunos e professores que possam ter sido convidados para participar do XV Seminário Internacional dos Professores de Língua Russa organizada pela Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba²⁸ e listas de atividades contra a campanha do petróleo²⁹.

Os Partidos Comunistas e as organizações de esquerda no Brasil viviam longos períodos de ilegalidade, e que os registros de seus membros eram destruídos na medida que era iminente o acesso de seus documentos pelo Estado como cita João falcão:

Poucos deles, entretanto, possuíam algum documento da época: um jornal, uma revista, um boletim clandestino, uma foto sequer. Explica-se: as condições de rígida e perigosa clandestinidade não permitiam a guarda de documentos e obrigavam cada um a cumprir a norma conspirativa de que só se devia saber aquilo que interessasse imediatamente a realização da tarefa. Nomes? Jamais deveriam ser conhecidos. E aí daquele que fosse curioso: era logo olhado como suspeito (FALCÃO, 1988, p.14)

²⁷ Criadas com o nome (AESI) a Assessorias Especiais de Segurança e Informação mudou de nome para a (ASI), perdendo a qualidade de Especial. Isso ocorreu, provavelmente, no segundo semestre de 1975, quando se verifica a mudança em várias correspondências do Reitor e para o Reitor.

²⁸ Patrice Lumumba foi um revolucionário Africano que lutou contra o Imperialismo belga no Congo sendo assassinado pelas forças reacionárias em 18 de janeiro de 1961 com a ajuda das forças estadunidenses.

²⁹ Os documentos referidos na passagem encontram-se na Faculdade de Nutrição da UFBA e no Arquivo da Faculdade de Medicina no Terreiro de Jesus. Estão classificadas por ordem de citação. Circular nº 4714 (05/10/1972), ofício nº 244 /14/SI (19/07/1974), circular nº 2899 (29/06/1972), ofício nº 199/75/SI (23/05/1975) e ofício nº 539/75/SI (16/10/1975).



Um dos argumentos dos golpistas era que o movimento “revolucionário de 1964” seria um contragolpe da perigosa ameaça comunista em que vivia o país, que Rodrigo Motta descreve que “Os principais elementos deflagradores do golpe tinham natureza política: o medo, a insegurança e a reação ao processo de esquerdização ou de “comunização” supostamente em curso no país” (MOTA, 2014, p. 23).

Outro argumento que ajuda a entender a perseguição de forma mais incisiva nas universidades públicas foi o aumento significativo dos números de matriculados no ensino superior. Segundo comenta o autor, “houve um notável aumento do número de estudantes nos vinte anos seguintes à Segunda Guerra Mundial: eram 30 mil matriculados em 1945 e 142 mil em 1964” (MOTA, 2014, p. 24.). Isso fazia com que o ambiente universitário um lugar propício à difusão dos ideais de esquerda. Essa “esquerdização” foi confirmada, em pesquisas realizadas por agências estadunidenses no início dos anos 60.

As pesquisas mostravam que os estudantes universitários brasileiros se mostravam mais insatisfeitos com os problemas sociais do país do que os próprios camponeses da região Nordeste. Mota nos diz que:

Uma das pesquisas mais consistentes ouviu 477 universitários do Rio de Janeiro e de São Paulo, em dezembro de 1962 e janeiro de 1963, e as respostas revelaram percentual significativo de adesão ao socialismo (não necessariamente ao comunismo) e pouco entusiasmo por ideias liberais e pelo sistema capitalista. (MOTA, 2014, p. 63)

A pesquisa, supra citada, foi importante, mas precisa ser problematizada, pois como sabemos havia um anticomunismo latente nos EUA e no Brasil, mas de todo modo serve para observar que as forças de esquerda e nacionalistas ganhavam terreno entre os estudantes universitários. René Armand Dreifuss descreve a preocupação que a elite nacional, adepta do liberalismo, tinha com os movimentos de esquerda ou adeptos da intervenção do Estado na economia:

A elite orgânica atacava o comunismo, O socialismo, a oligarquia rural e a corrupção do populismo. No aspecto positivo, argumentava que a prosperidade do país e a melhoria dos padrões de vida do povo se deviam à iniciativa privada e não se deviam, certamente, a métodos socialistas ou à intervenção do Estado na economia. (DREIFUSS, 1987, p. 231-232)



Outro ponto a abordar é a conciliação entre a Teoria Marxista à vida de Nelson Pires, tentando revelar qual o comprometimento do mesmo com a ideologia marxista e suas possíveis inclinações teóricas³⁰. Isso não será, de fato, uma tarefa simples, pois Nelson Pires, até onde se tem conhecimento e como já foi dito, não era membro conhecido e nem militava em nome de qualquer partido de orientação comunista não deixando documentos sobre qual corrente seguia.

O projeto trata-se de um trabalho inédito sobre Nelson Pires, portanto, contrapor os fatos relatados por Nelson Pires em suas cartas, fontes orais e escritas faz-se necessário à pesquisa que se propõe em retratar o personagem que Nelson Pires foi, como descreve Philippe Levillain que defende a biografia histórica como sendo "o melhor meio, em compensação, de mostrar as ligações entre o passado e presente, memória e projeto, indivíduo e sociedade, e de experimentar o tempo como prova de vida" (RÉMOND, 1996, p.176). As memórias de Nelson Pires serão analisadas em consonância com as entrevistas que serão colhidas³¹, durante o estudo para elaboração da dissertação e dos arquivos pesquisados.

Como já relatado em outro tópico deste projeto, uma análise e o mapeamento prévio a um dos Arquivos que servirão de fonte para este projeto, os arquivos sobre Nelson Pires da Faculdade de Medicina, já foi realizado. O arquivo é composto por 15 caixas contendo as Atas da Congregação, Atas do Departamento, Correspondências do Comandante do 6º Exército, Manoel Mendes Pereira ao reitor e recortes de jornais anexados às folhas das atas como provas, 3 pastas do Arquivo Público de Minas Gerais, um relatório do DEOPS/SP e um dossiê do CISA nomeado como Atos da Revolução de 1964 volume II de 13 de dezembro de 1968 a 31 de dezembro de 1970.

Os arquivos sobre Nelson Pires, no primeiro momento, mostra sua luta para não ser preso e permanecer no cargo até conseguir sua aposentadoria por tempo de serviço. Nesse aspecto o trabalho visa reconstruir o período em que Nelson Pires, um então

³⁰Sobre Ideologia marxista, "A concepção marxista de Ideologia" (CHAUÍ, 2002), MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Trd. Luis Cláudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. (Coleção Clássicos Filosofia Ciências/Sociais), MARX, Karl. O 18 de brumário de Luís Bonaparte, Ed. Boitempo Editorial e MARX, K.; ENGELS, F. Manifesto do Partido Comunista. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

³¹Iracly Picanço, Dr. Herval Pina Ribeiro, Jurema Silva Pires, viúva e Dr. Nikodem Edler, dentre outros colegas de trabalho, alunos e militantes que conviveram com Nelson Pires nos diferentes ambientes.



jovem senhor de 54 anos que perdeu sua estabilidade econômica sendo obrigado a partir para o exílio.

A problemática desse trabalho é descrever a luta de um comunista que não era militante e que, por isso, não possuía uma rede de proteção à sua pessoa no momento que antecedeu ao golpe até a Lei da Anistia, em 1979. As memórias, fontes orais e escritas consultadas podem ajudar a resolver essas questões durante os vinte e quatro meses que correspondem ao curso do programa de mestrado.

5 FONTES

As atas da congregação, atas do departamento e documentos do arquivo da Faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia no Terreiro de Jesus.

Documentos do Centro de Informação de Segurança da Aeronáutica (CISA).

Arquivos públicos de São Paulo e Minas Gerais

Arquivo DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)

Arquivo do SNI (Serviço Nacional de Informações)

ATAS da CONSUNI (Conselho Universitário)

Entrevistas da Comissão Milton Santos de Memória e Verdade da UFBA no endereço <https://www.youtube.com/playlist?list=PLSIGD7-rHf2VB1KteRZtOAHhUpmrdCrua>

Entrevista Gravada com Iracy Silva Picanço em 09/05/2014.

Jornal Atarde

Diário Oficial da União

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L288.htm (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1940-1949/lei-616-2-fevereiro-1949-366223-publicacaooriginal-1-pl.html> (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)



http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2579.htm#art3 (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1950-1969/L1711.htm (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

<http://www.polbr.med.br/ano04/wal0904.php> (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/dossies_ordem_social/BR_SP_APESP_DEOPSOS001116.pdf (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

http://www.dhnet.org.br/verdade/resistencia/a_pdf/livro_oliveira_atos_%20institucionais.pdf (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/dossies_ordem_social/BR_SP_APESP_DEOPSOS000248.pdf (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

http://www.comissaoverdade.ufba.br/sites/comissaoverdade.ufba.br/files/relatorio-miolo_final_capa_07-10-14.pdf (Consultado no dia 29/11/2015 as 14:30h)

7 REFERÊNCIAS

BONA, A. N. Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil. Título: **Paul Ricoeur e uma epistemologia da história centrada no sujeito**, Ano de obtenção: 2010.

BRITO, A. M. F. Doutorado em História Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil. Título: **O golpe de 1964, o movimento estudantil na UFBA e a ditadura militar (1964-1968)**, Ano de obtenção: 2008.

CARDOSO, Lucileide Costa. Criações de Memória: **Defensores e críticos da Ditadura (1964-1985)**. Cruz das Almas: UFRB, 2012.

CARDOSO, Lucileide Costa. Construindo a memória do regime de 1964. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, 27 (14): 179-196, 1994.

CHAUÍ, Marilena de Souza. A concepção marxista de Ideologia. *In: O que é Ideologia*. Rio de Janeiro: Brasiliense, 2002.

DREIFUSS, René Armand. 1964: **a conquista do Estado. Ação Política, Poder e Golpe de Classe**, 5. Edição, Petrópolis, Vozes, 1987

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.



FALCÃO, João. **O Partido Comunista que eu conheci**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1988.

GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. São Paulo: Ática, 1999.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice. Ed. Revistas dos Tribunais, 1990.

LEVILLAIN, Philippe. Os protagonistas: da biografia. In: RÉMOND, René. **Por uma história Política**. Rio de Janeiro: FGV, 1996, pp. 142-183.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte**, Ed.Boitempo Editorial

MARIANI, Bethania. **O PCB e a Imprensa**. Os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989. Campinas: UNICAMP, 1998.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o Regime Militar**, Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 28 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

OLIVEIRA, Laura de ; **Guerra fria e política editorial: a trajetória da Edições GRD e a campanha anticomunista no Brasil (1956-1968)**. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2015. v. 1. 274p .

RICOUER, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução de Alain François{et. al.}. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SARLO, Beatriz. **Tempo Passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHMIDT, Benito Bisso. **Construindo biografias - historiadores e jornalistas: aproximações e afastamentos**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 10, n.19, p. 3-21, 1997.

THOMPSON, E. P. Prefácio. In: **A Formação da Classe Operária Inglesa**. Tradução Denise Bottman. V. 1. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VEIGA, José Eli da. **Como elaborar seu projeto de pesquisa**. São Paulo: USP/PROCAM, 2000.

GOMESÂngela de Castro. 1964: **o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. 1ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 2014. 436p.

USP. **50 anos do golpe de 1964**. Estud. av. vol.28 no.80 São Paulo jan./abr. 2014



XXIX SIMPÓSIO DE **HISTÓRIA**
NACIONAL
SIMPÓSIO

**CONTRA OS PRECONCEITOS:
HISTÓRIA E DEMOCRACIA**